

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO PINACOTECA BENEDICTO CALIXTO DO DIA 26 DE OUTUBRO DE 2017

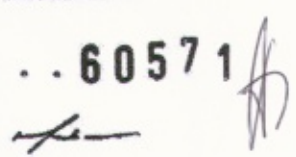
Aos vinte e seis dias do mês de outubro de 2017, às 19:00 horas, em segunda convocação, na sede social, localizada na avenida Bartolomeu de Gusmão 15, bairro Boqueirão, em Santos, Estado de S. Paulo, no salão nobre Roberto Mário Santini, realizou-se na forma estatutária, reunião extraordinária dos membros do Conselho de Administração da Fundação Pinacoteca Benedicto Calixto, convocados com a devida anterioridade por ofícios individuais, para tratar da seguinte Ordem do Dia: a)- Apresentação, discussão e deliberação da proposta de revisão do Estatuto Social; b) assuntos de interesse geral. No horário referido, o Presidente do Conselho de Administração Geraldo Cesar Pierotti, após consultar o livro de presenças e verificar o comparecimento e a presença dos Conselheiros que o subscreveram, declarou abertos os trabalhos e convidou a mim Luiz Alberto de Castro para secretariar a reunião e redigir a respectiva ata e convidou a vice presidente da Diretoria Executiva Diva Alves Kodama a compor a mesa dirigente dos trabalhos. Preliminarmente, o Presidente Geraldo Pierotti comunicou que Eduardo Carvalhaes Junior e Franco Pagani estavam retornando ao Conselho por terem solicitado formalmente o afastamento da Diretoria Executiva. A seguir o Presidente determinou a leitura da ordem do dia, com o seguinte teor: item "a" - apresentação, discussão e votação da proposta de reforma do Estatuto; e item "b" - Assuntos de interesse geral. Passando ao primeiro item da Ordem do Dia, o Presidente esclareceu as razões ensejadoras da reforma estatutária, dentre as quais a conveniência de criação de cargos de Conselheiros Temporários Suplentes, de impedir a acumulação de cargos de administração e de licença aos Conselheiros Temporários, dentre outros. Informou a constituição de Comissão Especial integrada pelos Conselheiros Nelson Oly Varella, Geraldo Cesar Pierotti, Eduardo Carvalhaes Junior, e Luiz Alberto de Castro para a elaboração de proposta de



RCPJ/SANTOS
PRENOTADO

RTDCPJ Santos
Microfilme n.

... 60571



alteração do Estatuto e enfatizou que o edital de convocação para a presente Assembléia Extraordinária foi instruído com cópia integral da versão proposta para o Estatuto Social, para que todos os senhores Conselheiros pudessem ter conhecimento da matéria objeto da presente Assembléia, com tempo suficiente para análise e apresentação de eventuais críticas e sugestões. Aberta a discussão da reforma do Estatuto, o Presidente Geraldo Cesar Pierotti concedeu a palavra à senhora Conselheira Marli Nunes de Souza, que teceu considerações sobre o número e as atribuições dos diretores adjuntos e da conveniência de se estabelecer regras mais específicas. O Conselheiro Franco Pagani também se manifestou a esse respeito. Após os debates a Comissão de Revisão do Estatuto apresentou sugestão de pequena alteração no parágrafo segundo da cláusula 13 e criação de mais um parágrafo dessa mesma cláusula 13, sendo que após debates de que participaram diversos Conselheiros a sugestão foi unanimemente aprovada e passou a integrar o texto estatutário proposto. Não havendo nenhuma outra dúvida ou sugestão, o Presidente Geraldo Pierotti declarou encerrada a discussão da matéria. Colocada em votação a proposta de reforma do Estatuto Social da Fundação Pinacoteca Benedicto Calixto foi a mesma aprovada por todos os Senhores Conselheiros presentes, por unanimidade, sem o registro de nenhum voto discordante. Com a aprovação pelo Egrégio Conselho de Administração, o teor do Estatuto Social da Fundação Pinacoteca Benedicto Calixto passa a ser o seguinte:



FUNDAÇÃO PINACOTECA BENEDICTO CALIXTO

ESTATUTO SOCIAL

RTDCP / Santos
Microfilm n.º

... 60571



RCPJ/SANTOS
PRENOTADO



CAPÍTULO I

CLÁUSULA 1 - A Fundação Pinacoteca Benedicto Calixto reger-se-á pelos presentes estatutos e, nos casos omissos, pela legislação em vigor.

CLÁUSULA 2 - A Fundação tem sua sede e seu domicílio jurídico na cidade de Santos, à Avenida Bartolomeu de Gusmão, no. 15.

CLÁUSULA 3 - O prazo de duração da Fundação é indeterminado.

CAPÍTULO II - Dos Fins

CLÁUSULA 4 - A Fundação, entidade de Direito Privado de natureza cultural, sem fins lucrativos, políticos ou religiosos, tem por finalidade: o estímulo às artes em geral, especialmente às artes plásticas; recolher por compra, doação ou empréstimo, classificar, catalogar e expor convenientemente obras plásticas de artistas nacionais ou estrangeiros do passado e do presente, consideradas de alto nível estético ou representativos de sua época; manter serviços e atividades permanentes, de modo a constituir um centro dinâmico de estudo, pesquisa, defesa, preservação e difusão das artes e da Cultura no Município de Santos e na Baixada Santista, especialmente e com ênfase no que se refere à vida e à obra de Benedicto Calixto.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para a realização de seus fins a Fundação poderá celebrar convênios ou acordos com a União, o Estado de São Paulo, a Prefeitura Municipal de Santos ou com outros Estados e Municípios do País, bem como com Governos estrangeiros, entidades nacionais ou estrangeiras.

CAPÍTULO III - Patrimônio e Receita

CLÁUSULA 5 - O patrimônio da Fundação é constituído:

a) pelo acervo de obras de arte de que trata o artigo 4o. Inciso I, da Lei Municipal no. 154, de 28 de maio de 1986, doado pela Prefeitura Municipal de Santos à Fundação, nos termos do Decreto no. 419, de 25 de setembro de 1986, e que assim se descreve:

I) tela de 0,70 x 0,45 m, de autoria de Benedicto Calixto, intitulada "CASA DO CONSELHO OU CÂMARA E CADEIA" - Chapa Patrimonial n. 3673 - avaliada em Cz\$ 650.000,00;

II) - tela de 0,70 x 0,45 m, de autoria de Benedicto Calixto, intitulada "OS QUATRO CANTOS - CASA DAS BEATAS" - Chapa Patrimonial n. 14 680 - avaliada em Cz\$ 800.000,00;

III) - tela de 0,61 x 0,40 m, de autoria de Benedicto Calixto, intitulada "IGREJA DO CONVENTO DE SANTO ANTÔNIO DO VALONGO" - Chapa Patrimonial n. 17618, avaliada em Cz\$ 700.000,00;

IV) - tela de 0,71 x 0,45 m, de autoria de Benedicto Calixto, intitulada "BANCA DE PEIXE E MERCADO DAS CANOAS" - Chapa Patrimonial n. 17 619 - avaliada em Cz\$ 900.000,00;

V) - tela de 0,60 x 0,40 m, de autoria de Benedicto Calixto, intitulada "RANCHO GRANDE (DOS TROPEIROS)" - Chapa Patrimonial n. 17.620 - avaliada em Cz\$ 650.000,00;

VI) tela de 0,70 x 0,45 m, de autoria de Benedicto Calixto, intitulada "MATRIZ DE SANTOS" - Chapa Patrimonial n. 17621 - avaliada em Cz\$ 850.000,00";

VII) - tela de 0,70 x 0,45 m, de autoria de Benedicto Calixto, intitulada "IGREJA DO CARMO" - Chapa Patrimonial n. 17.639 - avaliada em Cz\$ 850.000,00";

VIII) - tela de 0,60 x 0,40 m, de autoria de Benedicto Calixto, intitulada "RUÍNAS DO ANTIGO FORTE COLONIAL VERA CRUZ DO ITAPEMA" - Chapa Patrimonial n. 17.640 - avaliada em Cz\$ 650.000,00;

IX) - tela de 2,24 x 1,28 m, de autoria de Benedicto Calixto, intitulada "MARTIN AFONSO DE SOUZA" - Chapa Patrimonial n. 19.252 - avaliada em Cz\$ 6.000.000,00;

X) - tela de 2,24 x 1,28 m, de autoria de Benedicto Calixto, intitulada "PADRE BARTOLOMEU DE GUSMÃO" - Chapa Patrimonial n. 19.251 - avaliada em Cz\$ 6.000.000,00;

KCPJ/SANTOS
PRENOTADO

RTDCPJ Santos
Microfilme n.º

..... 60571

XI) - tela de 0,78 x 1,08 m, de autoria de Benedicto Calixto, intitulada "FREI MAURÍCIO LANZ" - Chapa Patrimonial n. 33.617, avaliada em Cz\$ 1.700.000,00;

XII) - tela de 0,90 x 0,60 m, de autoria de Benedicto Calixto, intitulada "SANTOS ANTIGA" - Chapa Patrimonial n. 14.682, avaliada em Cz\$ 1.700.000,00;

XIII) - tela de 0,96 x 0,54 m, de autoria de Benedicto Calixto, intitulada "PRAIA E RAMPA DO CONSULADO - PORTO DE SANTOS" - Chapa Patrimonial n. 14.681, avaliada em Cz\$ 1800.000,00;

XIV) - tela de 0,60 x 0,40 m, de autoria de Benedicto Calixto, intitulada "RUÍNAS COLONIAIS DA CAPELA DE NOSSA SENHORA DAS NEVES" - Chapa Patrimonial n. 14.683, avaliada em Cz\$ 650.000,00;

XV) - tela de 0,70 x 0,90 m, de autoria de Pedro Alexandrino, intitulada "DR. MANOEL MARIA TOURINHO" - Chapa Patrimonial n. 42.193, avaliada em Cz\$ 1.400.000,00;

XVI) - tela de 2,15 x 1,40 m, de autoria de A. Fernandes, intitulada "FRANCISCO VAZ BARNABÉ CARVALHAES" - Chapa Patrimonial n. 42.194, avaliada em Cz\$ 3.000.000,00.

b) pelos bens e direitos que lhe sejam doados por entidades públicas ou particulares.

c) pelos bens que vier a adquirir a qualquer título.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os bens e direitos da Fundação serão utilizados exclusivamente para a consecução de seus fins.

PARÁGRAFO SEGUNDO - No caso de extinção da Fundação seus bens e direitos passarão a integrar o patrimônio do Município.

CLÁUSULA 6 - A receita da Fundação é constituída por:

I) auxílios e subvenções que lhe venham a ser concedidos por órgãos governamentais;

II) - rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e de aplicações de capital;

III) - rendas provenientes de doações e legados;

IV) - rendas derivadas de suas atividades, de seu patrimônio ou de outras fontes promocionais;

V) - outros recursos decorrentes de contratos e convênios;

VI) - contribuições de sócios colaboradores, pessoas físicas ou jurídicas que se obriguem a colaborar, mensalmente, com quantia em

dinheiro, estipulada em reunião do Conselho de Administração.

CLÁUSULA 7 - A Fundação não remunerará a qualquer título os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, e não distribuirá lucros, bonificações ou vantagens de qualquer espécie.

CAPÍTULO IV - Da administração

CLÁUSULA 8 - São órgãos da Fundação o Conselho de Administração, a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal.

Conselho de Administração

CLÁUSULA 9 - O Conselho de Administração é composto de:

a) membros vitalícios, em número de 10 (dez), preenchidas as vagas nos termos do parágrafo primeiro;

b) membros temporários, em número de 10 (dez), e 7 (sete) suplentes com mandato de quatro anos, indicados e eleitos pelos Conselheiros Vitalícios, admitida a recondução.

PARÁGRAFO PRIMEIRO- Em se vagando, por morte, incapacidade ou renúncia, qualquer cargo de membro vitalício, ascenderá à categoria o membro temporário que há mais tempo estiver ocupando o cargo em virtude de reeleições sucessivas. Em caso de empate, ascenderá o mais idoso.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A vaga deixada pelo Conselheiro Temporário será preenchida pelo suplente mais idoso.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O mandato dos Conselheiros Temporários e suplentes será de 4 (quatro) anos.

CLÁUSULA 10 - O Conselho de Administração terá um Presidente e um Vice-Presidente, por ele eleitos para um mandato de quatro (4) anos, em reunião especial, mediante votação secreta, pelo critério da maioria simples, vedada mais de uma reeleição.

RODOLFO SANTOS
MARTINS n.º

KCPJ/SANTOS
PRENOTADO

..... 60571

CLAUSULA 11 - Compete ao Conselho de Administração:

- a) eleger e dar posse ao Presidente e ao Vice-Presidente do Conselho;
- b) Eleger e dar posse ao Presidente, aos vice presidentes e aos demais membros da Diretoria Executiva, eleitos na forma da cláusula 14, e os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal.
- c) Zelar para que não ocorra acúmulo de cargos pelos integrantes dos órgãos da administração da Fundação
- d) Eleger e Dar posse a novos Conselheiros Temporários e Suplentes;
- e) indicar e receber indicações da Diretoria, para os efeitos do item "f", desta cláusula, personalidades nacionais ou estrangeiras que, em consonância com os objetivos da Fundação, tenham se destacado, excepcionalmente, na promoção das artes e da cultura;
- f) conferir, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, láureas atribuídas pela Fundação;
- g) estabelecer orientação geral para a atuação da Fundação;
- h) por deliberação de dois terços de seus membros deliberar sobre a aquisição e a alienação de bens patrimoniais, observadas as disposições legais e estatutárias;
- i) por deliberação de dois terços de seus membros decidir sobre a exclusão de Conselheiro Temporário;
- j) por deliberação de dois terços de seus membros reformar o Estatuto, observado o disposto no Código Civil quanto às alterações não aprovadas por unanimidade;
- k) examinar e julgar o relatório e as contas da Diretoria Executiva, após parecer do Conselho Fiscal;
- l) deliberar, nos termos do Código Civil, sobre a extinção da Fundação;
- m) analisar, deliberar e resolver os casos omissos.

CLÁUSULA 12 - O Conselho de Administração reunir-se-á em Assembléia Ordinária, semestralmente e, extraordinariamente, sempre que houver necessidade, na sede da Fundação, mediante prévia convocação do Presidente do Conselho de Administração ou, em caso de omissão, por, no mínimo, 5 (cinco) membros do Conselho Fiscal, ou do

Presidente da Diretoria Executiva, feita por escrito, com antecedência de oito dias, indicando-se na convocação, ainda que resumidamente, a "Ordem do Dia".

- PARÁGRAFO PRIMEIRO - Salvo nas hipóteses previstas na Cláusula 11, incisos "f" "h" "i" e "j", as reuniões do Conselho de Administração somente se instalam em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta de seus membros e, com qualquer número, em segunda convocação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Nas reuniões do Conselho de Administração as deliberações são tomadas por maioria de votos. Das deliberações tomadas, bem como dos demais fatos e circunstâncias das reuniões, será lavrada ata que será assinada pelos presentes.

Diretoria Executiva

CLÁUSULA 13 - A Diretoria Executiva é constituída de 7 (sete) membros, com mandato de 2 (dois) anos, a saber: um Diretor Presidente, um Diretor Primeiro Vice-Presidente, um Diretor Segundo Vice-Presidente e 4 (quatro) Diretores sem denominação especial, todos eleitos pelo próprio Conselho, admitida a reeleição.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Caso seja necessário, a Diretoria Executiva poderá criar outros cargos, inclusive de diretores adjuntos, que julgue necessários para melhor desenvolver o seu mandato, a serem preenchidos por pessoas de sua confiança, e com respeito ao preconizado na cláusula 19.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A designação dessas pessoas para ocuparem esses novos cargos deverá ser devidamente aprovada pelo Conselho de Administração.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os Diretores Adjuntos, enquanto em exercício, terão direito a voto.

PARÁGRAFO QUARTO: O Presidente da Diretoria da Associação de Amigos da

Pinacoteca terá assento permanente nas reuniões da Diretoria Executiva da Fundação, como Diretor Adjunto. Em não podendo comparecer, poderá ser representado por algum outro membro da Diretoria da Associação de Amigos.

CLÁUSULA 14 - Cabe ao Conselho de Administração eleger os membros da Diretoria Executiva, que poderá ser formada, ou não, por membros do Conselho de Administração,

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O membro do Conselho de Administração que for eleito para a Diretoria Executiva, ou escolhido para ocupar cargo de Diretor Adjunto da Diretoria Executiva, deverá se licenciar do referido Conselho enquanto estiver na Diretoria Executiva;

PARÁGRAFO SEGUNDO: O período em que o Conselheiro Temporário estiver integrando a Diretoria Executiva não interromperá a contagem de tempo mencionada no Parágrafo Primeiro, da Cláusula 9;

PARÁGRAFO TERCEIRO: o Presidente do Conselho de Administração poderá comparecer às reuniões da Diretoria Executiva, como convidado.

CLÁUSULA 15 - À Diretoria Executiva compete cumprir as deliberações do Conselho de Administração e executar todos os atos tendentes à realização dos fins da entidade, bem como constituir grupos, comissões, conselhos ou quaisquer outros órgãos de assessoria, para cuja composição poderá contratar, sob a modalidade que mais convier, pessoas de capacidade comprovada para a função.

CLÁUSULA 16 - A Diretoria Executiva poderá indicar para o Conselho de Administração, personalidades e instituições para serem agraciadas pela Fundação.

CLÁUSULA 17- Compete ao Diretor-Presidente individualmente: a) representar a Fundação em juízo e fora dele; b) representar a Fundação junto a entidades públicas ou privadas, podendo delegar estas funções; c) constituir procurador ou procuradores para

agirem em conjunto ou separadamente, com poderes específicos estabelecidos no respectivo instrumento de mandato que, exceto na hipótese de representação "ad judícia", será sempre por prazo determinado, vigendo apenas enquanto durar o mandato da Diretoria Executiva, se antes não for revogado, a qualquer tempo; d) nomear, contratar e demitir técnicos, administrativos e pessoal em geral, estipulando vencimentos e condições; e) convocar as reuniões da Diretoria Executiva; f) convocar o Conselho de Administração na hipótese prevista na cláusula 12; g) aceitar ou rejeitar, em nome da Fundação, doações, mediante prévia aprovação do Conselho de Administração, se sujeitas a encargos ou condições; h) distribuir as verbas orçamentárias consoante aos fins da Fundação.

CLÁUSULA 18 - Compete ao Diretor Primeiro Vice-Presidente colaborar com o Diretor-Presidente na administração e representação da Fundação, cabendo-lhe substituir o Presidente nas ausências e impedimentos deste.

CLÁUSULA 19- Compete ao Diretor Segundo Vice-Presidente colaborar com o Diretor Presidente na administração e representação da Fundação, cabendo-lhe substituir o Diretor Primeiro Vice-Presidente nas ausências e impedimentos deste.

CLÁUSULA 20 - Compete aos Diretores sem designação especial exercer as atribuições que, na primeira reunião da Diretoria Executiva realizada após a eleição, lhes forem conferidas, respeitadas as atribuições específicas do Diretor-Presidente, do Diretor Primeiro Vice-Presidente e do Diretor Segundo Vice-Presidente.

CLÁUSULA 21 - Todo e qualquer documento que implique em exoneração por obrigações assumidas por terceiros e para movimentar contas bancárias exige, sempre, a assinatura de 2 (dois) membros da Diretoria Executiva.

CLÁUSULA 22 - As reuniões da Diretoria Executiva realizar-se-ão sempre que necessário, na sede social, por convocação do Diretor-Presidente, feita com antecedência mínima de 8 (oito) dias e se instalarão com a presença de, no mínimo, 4 (quatro) de seus

componentes, que deliberarão por maioria simples dos presentes. Das deliberações tomadas, bem como dos demais fatos e circunstâncias das reuniões será lavrada ata que será assinada pelos presentes.

CLÁUSULA 23 - Na hipótese de vagar qualquer cargo da Diretoria Executiva eleita, os demais Diretores escolherão o substituto que exercerá as respectivas atribuições até que o Conselho de Administração proveja, definitivamente, a vaga, pelo tempo que faltar ao cumprimento do mandato em curso.

PARÁGRAFO ÚNICO - Se a vaga ocorrida for de Diretor-Presidente, o Conselho de Administração reunir-se-á nos 20 (vinte) dias subseqüentes, para provê-la, pelo restante do prazo do mandato.

CAPÍTULO V - Fiscalização

CLÁUSULA 24 A Fundação tem um Conselho Fiscal constituído de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, eleitos com mandato de 2 (dois) anos pelo Conselho de Administração dentre pessoas diplomadas em curso de nível universitário ou que tenham exercido, por prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de Conselheiro Fiscal ou de Administrador em empresa ou fundação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO- Em se vagando, por morte, incapacidade ou renúncia, qualquer cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal, ascenderá à categoria o membro suplente que há mais tempo estiver ocupando o cargo em virtude de reeleições sucessivas. Em caso de empate, ascenderá o mais idoso.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O mandato do Conselho Fiscal coincidirá, sempre, com o mandato da Diretoria Executiva.

CLÁUSULA 25 - Compete ao Conselho Fiscal examinar e opinar sobre o Balanço, as Contas e os Relatórios anuais elaborados pela Diretoria Executiva, antes de sua apresentação ao Conselho de Administração.

CLÁUSULA 26 - Do que ocorrer em todas as reuniões do Conselho Fiscal lavrar-se-á a competente ata, em livro próprio, por todos assinada.

CAPÍTULO VI - Contas e Escrituração

CLÁUSULA 27- A Fundação deverá manter escrituração que reflita permanentemente sua situação patrimonial, econômica e financeira e respectivas mutações.

PARÁGRAFO PRIMEIRO- O exercício social anual encerra-se em 31 de dezembro, data em que serão levantadas as demonstrações financeiras, econômicas, patrimoniais e balanço, relativas ao exercício findo.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A Diretoria deverá enviar, até março de cada ano, para o Conselho de Administração, o Balanço, as Contas e os Relatórios, referentes ao ano anterior.

CLÁUSULA 28- A Diretoria Executiva submeterá, anualmente, ao Conselho de Administração a programação das atividades da Fundação e respectivo suporte financeiro.

CAPÍTULO VII - Disposições Finais

CLÁUSULA 29- Todos os cargos do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal são de exercício gratuito, vedada qualquer forma, direta ou indireta, de remuneração a seus membros que não respondem, sequer subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Fundação.

CLÁUSULA 30- O presente Estatuto é inalterável no que diz respeito à denominação da Fundação Pinacoteca Benedicto Calixto e à vitaliciedade do seu Conselho de Administração.

CLÁUSULA 31- A extinção da Fundação Pinacoteca Benedicto Calixto somente poderá ser promovida na forma da Lei, por decisão da maioria absoluta dos membros vitalícios do Conselho de Administração, que poderá propô-la se verificar a impossibilidade de serem atingidos os objetivos para os quais foi instituída. Em caso de extinção, os bens patrimoniais da Fundação reverterão ao patrimônio do Município.

CLÁUSULA 32 O regime jurídico do pessoal da Fundação será o da legislação trabalhista.

CAPÍTULO VIII – Disposições Transitórias

CLÁUSULA 33 - Compete à Diretoria Executiva envidar esforços no sentido de que a Pinacoteca progrida sempre no sentido de se ultimar a instalação definitiva do Museu de Arte de Santos, com a utilização obrigatória do projeto do arquiteto Paulo Mendes da Rocha.

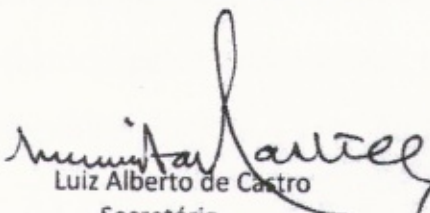
PARÁGRAFO PRIMEIRO - Até o atingimento desse objetivo, a Diretoria Executiva manterá

permanentemente a Comissão de Expansão Patrimonial, podendo a seu critério escolher os seus integrantes, e providenciará para que ela possa cumprir os seus objetivos.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A cada seis meses, a Comissão de Expansão Patrimonial dará satisfação ao Conselho de Administração, em reunião formal deste Conselho, das iniciativas tomadas para o atingimento desse objetivo e dos progressos obtidos no semestre.


Passando ao item "b" da Ordem do Dia, o Presidente Geraldo Pierotti informou que em decorrência do falecimento do Conselheiro Vitalício Alvaro Marques Canoilas deverá assumir o cargo vago o Conselheiro Temporário que há mais tempo está no cargo, sendo que em caso de empate, ascenderá o mais idoso, tudo como previsto e regido pelo Estatuto. No caso, a vaga cabe ao Conselheiro Geraldo Cesar Pierotti, que passa à condição de Conselheiro Vitalício. Com a palavra, o Conselheiro André Monteiro de Fazio, em nome da Comissão de Expansão Patrimonial apresentou relatório das atividades desenvolvidas pela Comissão. O Presidente Geraldo Pierotti registrou a convicção de que o Museu de Arte de Santos será erigido. O Presidente Geraldo Pierotti registrou seu agradecimento à Comissão de Revisão do Estatuto, presidida por Nelson Varela e integrada por Eduardo Carvalhaes e Luiz Alberto de Castro pelo tempo, energia e sabedoria dedicados para que pudéssemos elaborar a proposta de Estatuto ora aprovada. O conselheiro Nelson Varela, com o apoio dos Conselheiros Eduardo Carvalhaes e Luiz Alberto de Castro propôs voto de louvor ao Presidente Geraldo Pierotti pela iniciativa de reforma do Estatuto, o que foi aprovado. Alguns Conselheiros lembraram que o novo texto do Estatuto deverá ser submetido ao Ministério Público, como determinado pelo Código Civil. Como não houvesse outros temas a debater, o Sr. Presidente, após agradecer a presença e a participação dos Srs. Conselheiros, declarou encerrada a Assembléia, da qual lavrei a presente ata que subscrevo, juntamente com o Sr. Geraldo Cesar Pierotti, que a presidiu.

Santos, 26 de outubro de 2017.


Luiz Alberto de Castro
Secretário

..... 60571




Geraldo Cesar Pierotti
Presidente

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
DE SANTOS - SP
Título prenotado e não registrado
sob o nº. 74033

